Estado da Bahia

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES - ANO 2026
ÓRGÃO Secretaria do Planejamento

PLANO DE INSPEÇÕES					
ÁREA	**ÚLTIMA INSPEÇÃO**	**CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA**	**OBJETIVO DA INSPEÇÃO**	**NORMA APLICÁVEL**	**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Convênios, Parcerias e Outros Ajustes	2025	TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA CONSÓRCIO: O projeto tem como escopo a verificação do cumprimento das determinações legais no âmbito das doações de bens móveis adquiridos pelos consórcios intermunicipais mediante repasse de verbas através dos convênios, tomando como fonte as tabelas anexas, ambas de nº 15, extraídas dos Relatórios de Gestão das Prestações de Contas da SEPLAN nos Exercícios 2025 e 2026, além da Listagem de Contratos, relativa a convênios ativos, de relatório do Sistema de Acompanhamento de Ações Gerenciais - SAAG.	Verificar os processos de doação de bens móveis para consórcios intermunicipais, a partir de 2025, tomando por base as obrigações constantes nos instrumentos de Convênio, a legislação pertinente, inclusive, a Lei Estadual 14.634/2023 e a Portaria Conjunta Saeb/Sefaz nº 007/2021.	Lei Estadual 14.634/2023; Portaria Conjunta Saeb/Sefaz nº 007/2021.	07/2026 - 09/2026
Dispensa	2025	PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: a. Várias aquisições de um mesmo item num pequeno espaço de tempo (indício de fracionamento do objeto). b. Resultantes de licitações desertas. c. Processos de dispensa de licitação que originaram contratos e estejam em execução ou foram encerrados no mesmo exercício da verificação, selecionados por amostragem com base nos critérios apontados na OT AGE nº 06/2015.	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos aos procedimentos de dispensa de licitação, no âmbito da SEPLAN e análise da instrução desses processos para execução dos procedimentos de controle primário.	Orientação Técnica AGE nº 07/2015; - Orientação Técnica AGE nº 08/2015; - Orientação Técnica AGE nº 06/2015 Critérios para amostras; - Orientação Técnica AGE nº 03/2020 ; -Lei Federal nº 14.133/2021 - Decreto Federal n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017; -Decreto Estadual nº 23.356 de 17 de janeiro de 2025; - Portaria SEFAZ nº 162 de 13 de agosto de 2018;.	05/2026 - 06/2026
Contratos	2024	LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA(PREGÃO): Processos de licitação por meio de pregão, selecionados por amostragem com base nos critérios: a. As licitações na modalidade “concorrência”, a depender do volume. b. Do tipo técnica e preço. c. As referentes a contratação de serviços de consultoria. d. As cujo Edital não tenha sido validado pela PGE. e. Aquelas em que empresas suspensas ou inidôneas foram declaradas vencedoras. f. Homologadas com preço maior que o referencial.	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos aos processos licitatórios na modalidade de pregão. Aguardar atualização das OT's AGE para Aplicação da Nova Lei de Licitação Lei 14.133/2023.	-Lei Federal nº 14.133/2021 - Decreto Federal n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017; -Decreto Estadual nº 23.356 de 17 de janeiro de 2025; - ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 03/2016;	08/2026 - 11/2026

PLANO DE INSPEÇÕES					
ÁREA	**ÚLTIMA INSPEÇÃO**	**CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA**	**OBJETIVO DA INSPEÇÃO**	**NORMA APLICÁVEL**	**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Outros	2025	Digitalização e Disponibilização dos Instrumentos e demais Documentos relativos a Contratos, Convênios, parcerias: Informações, das planilhas geradas no Painel de Contratos e no Painel de Convênios e Parcerias, do Site do Portal Transparência Bahia.	verificar o cumprimento do Decreto Estadual n° 19.154, de 01 de agosto de 2019, identificando instrumentos e documentos ainda pendentes de digitalização.	-Decreto Estadual n° 19.154, de 01 de agosto de 2019.	09/2026 - 12/2026
Inexigibilidade	2024	Processos de inexigibilidade de licitação, respaldados na Lei Federal nº 14.133/2021, que estejam em andamento ou tenham originado contratos em execução ou encerrados no mesmo exercício da verificação.	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos aos procedimentos de inexigibilidade de licitação, aplicando checklist da Orientação Técnica da AGE vigente sobre o tema, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.	- Orientação Técnica AGE nº 07/2015; - Orientação Técnica AGE nº 08/2015; - Orientação Técnica AGE nº 06/2015 Critérios para amostras; - Lei Federal nº 14.133/2021; - Lei Federal nº 4.320/1964; - Orientação Técnica AGE nº 03/2020; - Lei Federal nº 13.979/2020; - Lei Estadual nº 14.257/2020.	10/2026 - 11/2026
Convênios, Parcerias e Outros Ajustes	2024	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS: a. Convênios de maiores valores, a depender da quantidade de instrumentos celebrados. Ou todos os convênios, em sendo um número muito pequeno de instrumentos. b. Convênios de objetos semelhantes ou iguais, com diferenças relevantes de valores. Cabe observar que além da semelhança, devem ser consideradas outras variáveis, entre as quais: período de realização das despesas (pode ocorrer variação sazonal de preços), local em que está sendo implementado o objeto (pode existir variação do preço de mão de obra e de insumos), etc. c. Objetos incompatíveis com o objeto social do convenente. Pode representar um repasse de recursos de forma irregular, caracterizando fuga ao processo licitatório, mediante a prestação de serviços por convênios. d. Convênios com prestações de contas em atraso, ou que já houve o apontamento de irregularidades e ainda não foram sanadas. e. Convênios celebrados com instituições que se envolveram em irregularidades, ainda que corrigidas. Verificar se está ocorrendo reincidência de problemas. f. Convênios apontados em relatórios de auditorias (AGE e TCE) com problemas na sua execução. Ou ainda, que tenham notícias de irregularidades veiculadas pela imprensa. g. Entidades que repetidamente são beneficiadas com a celebração de convênios, especialmente, aqueles que não contemplam chamamento público. h. Convênios cujos objetos, após concluídos, são intangíveis. Ex: organização de feiras, eventos, festejos, etc. Estes devem ser, preferencialmente, verificados tempestivamente. i. Convênios de objetos diferentes, de modo que sejam contemplados todos os tipos de convênios. Ex: convênios que envolvem obras; distribuição gratuita de materiais; prestação de serviços de diversas naturezas. Incluir na amostra todos os tipos e natureza de objetos conveniados, de modo que possa contemplar, ainda que por amostragem, as diversas entidades conveniadas.	Verificar o cumprimento correto das obrigações relacionadas ao dever do convenente de prestar contas dos recursos recebidos, em conformidade com os prazos e requisitos estabelecidos no instrumento.	Lei Estadual nº 9.433/2005; Decreto Estadual nº 9.266/2004 e suas alterações (Decretos nºs 9.283/2004; 9.683/2005 e 13.347/2011); Resoluções TCE/BA nºs 144/2013 e 200/2014; Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016; Orientações Técnicas AGE nºs 03/2015 – Convênios e 01/2017 – Guia Referencial dos Controles Internos da Gestão.	09/2026 - 12/2026

PLANO DE INSPEÇÕES					
ÁREA	**ÚLTIMA INSPEÇÃO**	**CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA**	**OBJETIVO DA INSPEÇÃO**	**NORMA APLICÁVEL**	**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Contratos	2024	FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS: Processos de pagamento de contratos no exercício de 2026, de empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, tais como: conservação e limpeza, copa e cozinha, suporte administrativo e operacional de prédios públicos, manutenção predial, vigilância e segurança patrimonial.	Verificar a fiscalização dos contratos de empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, quanto a atuação dos fiscais de contrato e relatório de fiscalização, tomando por base as obrigações constante no instrumento contratual e legislação pertinente.	Orientação Técnica nº 04/2017; Orientação Técnica AGE nº 07/2017.	04/2026 - 06/2026
Contratos		LEI ANTICALOTE: Contratos ativos no exercício de 2026. com as previsões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, tais como: a) conservação e limpeza, b) copa e cozinha, c) suporte administrativo e operacional de prédios públicos, d) manutenção predial, e) vigilância e segurança patrimonial e f) transporte	Verificar processo de pagamento e/ou processo de solicitação de movimentação (depósito/saque) da conta vinculada, observando o cumprimento de normativos legais relativos às provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, conforme Lei Estadual nº 12.949 de 14 de fevereiro de 2014 (Lei Anticalote), âmbito da Secretaria do Planejamento.	Lei Estadual nº 12.949/2014; Decretos Estaduais nºs 12.366/2010 e 15.219/2014; Instrução Conjunta SAEB/SEFAZ nº 001/2015 e Instrução SAEB nº 14/2014; Portaria SAEB nº 1.307/2014.	04/2026 - 06/2026

PLANO DE INSPEÇÕES					
ÁREA	**ÚLTIMA INSPEÇÃO**	**CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA**	**OBJETIVO DA INSPEÇÃO**	**NORMA APLICÁVEL**	**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Plano Plurianual - PPA	2025	APURAÇÃO DE METAS PPA 2024-2027: Os Programas, Indicadores de Programas, Compromissos, Indicadores de Compromissos e Iniciativas do PPA 2024-2027, relativos ao exercício de 2025, sob a responsabilidade da SEPLAN.	Verificar tempestividade, fidedignidade e rastreabilidade das informações registradas nos processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual PPA, conforme dispõe o Art. 11 do Decreto nº 22.770/2024.	a) Lei nº 14.647/2023 de 26/12/2023, que institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2024-2027; b) Lei n° 14.756/2024 de 26/06/2024, que altera a Lei n° 14.647, de 26/12/2023; c) Decreto n° 22.770 de 17/04/2024, que dispõe sobre a regulamentação do Modelo de Governança do Plano Plurianual Participativo – PPA 2024-2027; d) Orientação Técnica AGE nº 03/2025 - processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PPA 2024-2027.	11/2026 - 12/2026
Finalística		ART. 45 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: As recomendações nas Resoluções do TCE nº 054/2024 e nº 060/2025 à Seplan.	Verificar e monitorar o atendimento ao art. 45 da LRF, considerando as definições e conclusões do TCE, respectivamente, nas suas Resoluções TCE nº 054/2024 e nº 060/2025.	Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 14.935 de 26/06/2025 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, na forma que indica, e dá outras providências. LOA de 2026 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2026.	01/2026 - 04/2026

PLANO DE INSPEÇÕES					
ÁREA	**ÚLTIMA INSPEÇÃO**	**CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA**	**OBJETIVO DA INSPEÇÃO**	**NORMA APLICÁVEL**	**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Plano Plurianual - PPA		REVISÃO DO PPA 2024/2027: As alterações promovidas no PPA 24/27 e o atendimento das decisões do TCE/BA.	Analisar o processo de Revisão identificando oportunidades de melhorias e riscos que possam contribuir ou afetar o atingimento dos objetivos do PPA e mitigar os riscos de apontamentos do Tribunal de Contas da Bahia.	-Lei do PPA 2024-2027 - Lei nº 14.647/2023 alterada pela Lei nº 14.756/2024; -Lei Lei Nº 14.757 de 26/06/2024, dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, e dá outras providências; -Lei Nº 14.813 de 08 de Janeiro de 2025, estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2025.	01/2026 - 04/2026
Finalística		GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: PMO de iniciativas prioritárias : LDO e seus anexos e LOA para o exercício 2026.	Verificar a gestão da PMO das iniciativas prioritárias.	-LEI Nº 14.935 DE 26 de 26 de junho de 2025 - LDO - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, na forma que indica, e dá outras providências. -Lei de Orçamento Anual - LOA/2026 - estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2026.	07/2026 - 12/2026
Solicitação de Inspeção - SI 01		A ser definida pela AGE.	A ser definida pela AGE.	A ser definida pela AGE.	06/2026 - 06/2026
Solicitação de Inspeção - SI 02		A ser definida pela AGE.	A ser definida pela AGE.	A ser definida pela AGE.	12/2026 - 12/2026

OUTRAS ATIVIDADES PROGRAMADAS	
ATIVIDADE	**OBSERVAÇÃO**
Monitorar processos correcionais (PAD, Sindicância, etc.)	Acompanhar e analisar os Processos correicionais (PCs) instaurados no âmbito da Secretaria, durante o exercício em curso, a exemplo de sindicâncias, processos administrativos disciplinares (PADs) e outros.
Monitorar recomendação dos relatórios de auditoria do TCE	Monitorar recomendações que representam riscos iminentes de prejuízos ao erário, recomendações que impliquem em apurações de responsabilidades por danos causados ao erário, recomendações que orientem ações futuras, de modo a verificar se houve a implementação de medidas saneadoras para evitar repetição do problema.
Monitorar recomendação dos relatórios de auditoria da	Monitorar recomendações que representam riscos iminentes de prejuízos ao erário, recomendações que impliquem em apurações de responsabilidades por danos causados ao erário, recomendações que orientem ações futuras, de modo a verificar se houve a implementação de medidas saneadoras para evitar repetição do problema.

de auditoria da AGE	**OUTRAS ATIVIDADES PROGRAMADAS**
ATIVIDADE	**OBSERVAÇÃO**
Apoiar a elaboração da prestação de contas do TCE	Elaborar na Prestação de Contas da SEPLAN ao TCE : * Anexo I (Relatório de Gestão): Controle Interno e Controle Externo;
Apoiar Comitê de Gestão de Riscos e Controles nas Contratações Públicas	Verificar o cumprimento da aplicação da nova lei de licitação nos seus aspectos de gestão de riscos nas contratações públicas da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, tendo como objeto o Mapa de Estruturação dos Controles Internos do Processo de Contratação Pública, especificamente, o Plano de Tratamento de Riscos, de 22 de novembro de 2024 (00118913681), considerando os procedimentos constantes no Guia de Gestão de Riscos nas Contratações Públicas
Monitorar recomendação dos relatórios de inspeção da unidade de controle interno	Monitorar recomendações dos relatórios de inspeção da unidade de controle interno, recomendações que orientem ações futuras, de modo a verificar se houve a implementação de medidas saneadoras para evitar repetição do problema. Concessão de Diárias, DEA - Despesas de Exercicios Anteriores, Pagamento de despesas por indenização, Cumprimento da Ordem Cronológica de Pagamentos a Credores., Adiantamentos de Despesas ,
Outras	Eixo Estratégico EDUCAÇÃO Programa - ESCOLA PRESENTE: PERMANÊNCIAS E APRENDIZAGEM - DVL - Levantar e acompanhar os processos do programa selecionado, as instruções normativas, identificar recursos envolvidos, manter diálogos com gestores, etc na(s) área(s) alvo selecionadas, sendo objeto de verificação por parte desta CCI, todas as informações acerca dos elementos identificados no processo com o objetivo de desenvolver o Programa de Controle da CCI/SEPLAN, seguido da experimentação prática em "campo" do roteiro preestabelecido, procedendo-se os ajustes necessários à sua consolidação para posterior aplicação em futura programação e inclusão no plano de inspeção.
Outras	Operações de crédito - Verificar processos de gestão, captação, financiamento para investimento e suas obrigações regimentais. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (DVL): Levantamento das instruções normativas, manuais que determinam e/ou orientam as rotinas de procedimentos para Financiamento de Programas e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social da Superitendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento - SPF.
Outras	Integração entre o PPA e a LOA: Compatibilidades entre os instrumentos legais no âmbito da Seplan. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (DVL): Levantar e acompanhar os processos do programa selecionado, as instruções normativas, identificar recursos envolvidos, manter diálogos com gestores, etc na(s) área(s) alvo selecionadas, sendo objeto de verificação por parte desta CCI, todas as informações acerca dos elementos identificados no processo com o objetivo de desenvolver o Programa de Controle da CCI/SEPLAN, seguido da experimentação prática em "campo" do roteiro preestabelecido, procedendo-se os ajustes necessários à sua consolidação para posterior aplicação em futura programação e inclusão no plano de inspeção.

Outras	Território de Identidade- PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (DVL) para verificar a consistência dos instrumentos disponíveis de transparência para atuação da Secretaria Executiva dos órgãos colegiados CEDETER e CODETER e suas obrigações regimentais. Levantar e verificar quais os documentos administrativos, relatórios e ferramentas disponíveis à atuação da Secretaria Executiva dos órgãos colegiados CEDETER e CODETER . Levantamento da legislação aplicável, cartilhas e manuais que disciplinam/ orientam os Consórcios Públicos e a configuração atual dos Consórcios por Território de Identidade.
Outras	Emenda Parlamentar - Individual e Impositiva: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (DVL) para verificar quadro e demonstrativos das incorporações das emendas do parlamentar especial e individual, obedecidas condições predeterminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias assim como o acompanhamento das dotações orçamentárias.

Elaborado por: **Jair de Oliveira Sento-Sé** Matrícula: **15577650**

Data:

Assinatura do Coordenador: _____

Aprovado pelo Dirigente Máximo: _____